

2º lugar

Repercussões da COP26: Ferramentas de Monitoramento da Sustentabilidade nos Relatórios das Empresas Brasileiras que Operam com *Commodities* Agrícolas

Repercussions of COP 26: Sustainability Monitoring Tools in the Reports of Brazilian Companies that Operate with Agricultural Commodities

Artigo recebido em: 04/11/2022 e aceito em: 16/12/2022

Marcela de Souza RabeloBarra Mansa- RJ
Graduanda em Ciências Contábeis da UFF¹
souzarabelom@gmail.com

RESUMO

Preambular à COP26, o Brasil já dispunha de iniciativas específicas para lidar com as mudanças climáticas, no entanto, estudos apontam que os índices brasileiros de emissão de CO2 continuam aumentando. Ações da agricultura e da pecuária, são os setores que esperam-se mais resultados, isto porque correspondem a cerca de 26,8% das emissões de carbono ou 60% quando considera-se outros tipos de desmatamento pertinentes ao agronegócio. Visando o grupo específico de empresas que operam com *commodities* agrícolas listados na B3, este estudo se propõe a analisar os relatórios de sustentabilidade em busca das ferramentas de monitoramento da sustentabilidade utilizadas no período dos três últimos anos. Portanto, a metodologia consiste na seleção das empresas na B3 e posterior análise dos relatórios de todas as empresas selecionadas nos anos 2019, 2020 e 2021. Através da pesquisa, espera-se contribuir com a exposição da crescente emergência de colocar em prática, transparência e prioridade, todas as medidas pertinentes a respeito da sustentabilidade.

Palavras-chave: *Commodities* agrícolas, Relatórios de sustentabilidade, COP26

ABSTRACT

Preamble COP26, Brazil already had specific initiatives to deal with climate change, and however, studies show that Brazilian CO2 emission rates continue to increase. Actions in agriculture and livestock are the sectors that are expected to produce more results, because they correspond to about 26.8% of carbon emissions or 60% when considering other types of deforestation relevant to agribusiness. Aiming at the specific group of companies that operate with agricultural commodities listed on B3, this study proposes to analyze sustainability reports in search of sustainability monitoring resources used in the period of the last three years. Therefore the methodology consists of the selection of companies in B3 and subsequent analysis of the reports of all companies in the years 2019, 2020 and 2021. Through the research it is expected to contribute to the exposure of the growing emergence of putting into practice, transparency and priority, all relevant measures regarding sustainability.

Keywords: *Agricultural commodities, Sustainability Reports, COP26*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países identificados por ser essencialmente exportador de *commodities*. Só no último ano, dados do IPEA (2021), revelam que a liderança das exportações brasileiras foi representada pelas *commodities* agrícolas; fato que, apoiado pelos dados estatísticos do FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2021), de que o país entrou para o top 5 dos maiores exportadores agrícolas, justifica o verbete popular do

Brasil ser o celeiro do mundo.

Todavia, como apontado na pesquisa realizada pelo *Carbon Brief Clear on Climate* (2021), o Brasil ocupa o quarto lugar na liberação de CO2. Tal responsabilidade ambiental, inclui além da queima de combustível fóssil, mas também o desmatamento, manuseio do solo e outras emissões decorrentes da pecuária brasileira. Portanto, fica evidente a atribuição, por significativa parcela de responsabilidade, das empresas de *commodities* brasileiras, considerando seu quadro de evolução (VILÃO, 2021).

Na COP26, novas metas brasileiras foram traçadas para reduzir as emissões a partir de medidas e projetos que não só neutralizem o impacto, como também preservem as florestas e recuperem as áreas desmatadas. Mas, além das propostas, vale lembrar que a vigésima sexta conferência, assim como as anteriores, remete às iniciativas que transparecem as ações das empresas quanto ao cumprimento das metas estabelecidas, sobretudo, em seus relatórios de sustentabilidade.

Como se sabe, esses relatórios são cruciais na divulgação de informações sustentáveis e mais, também refletem na imagem da empresa no quesito ambiental. Um dos recursos mais comuns que se pode encontrar nos relatórios é a descrição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) considerados pela empresa; sem dúvida, essa é uma forma de destacar a preocupação com o meio ambiente e criar valor a longo prazo, mas, também existem outras formas de evidenciá-la como por exemplo indicando índices do ESG ou mesmo utilizando de normas, estruturas e elementos específicos na construção dos relatórios de sustentabilidade.

Dito o exposto, a saber da emergência explicitada pela última Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, somada à responsabilidade ambiental do agronegócio brasileiro, bem como a necessidade em expor as medidas e estratégias que contribuem para preservação do meio ambiente e cultura, fixa-se a seguinte questão do estudo: quais ferramentas de monitoramento de sustentabilidade podem ser identificadas nos relatórios das empresas brasileiras que operam com *commodities* agrícolas? E, ainda, estão sendo consideradas as 17 ODS?

O estudo tem como objetivo principal analisar os relatórios de sustentabilidade, bem como outros do gênero, das empresas brasileiras de *commodities* agrícolas nos últimos três anos para encontrar tais ferramentas e recursos em prol da divulgação da sustentabilidade empresarial; também é objeto desta pesquisa analisar um campo em especial nesses relatórios, que são as ODS, a fim de verificar se todas são consideradas pelo grupo específico de empresas ou se existe alguma predominância, bem como uma carência.

Assim, descreve-se este estudo como sendo qualitativo, básico e documental por compreender uma análise de relatórios. O interesse na temática provém dos assuntos tratados na atualidade, assim como também a sua importância, pois, a sustentabilidade em âmbito mundial é alvo de relevância nas organizações. Por isso, espera-se contribuir com a exposição da crescente emergência de colocar em prática, transparência e prioridade, todas as medidas pertinentes a respeito da sustentabilidade.

Estrutura-se o presente artigo pela Revisão da Literatura, contendo dois subtópicos, a saber, COP26 e o Brasil Frente as Emergências Mundiais e, Ferramentas de Monitoramento da Sustentabilidade nos Relatórios; a Metodologia da Pesquisa; a Análise dos Dados Encontrados, exposta em subtópicos; as Considerações Finais e encerrando com as Referências Bibliográficas.

¹ UFF – Universidade Federal Fluminense – Niterói – Rio de Janeiro – RJ - CEP24220-000

2 REVISÃO DA LITERATURA

Considera-se relevante apresentar ao leitor os seguintes subtópicos tratados neste artigo. O primeiro, tem a finalidade de atualizá-lo quanto a abordagem da COP26 e a situação do Brasil frente a responsabilidade ambiental, introduzindo as empresas de *commodities* agrícolas. Já o segundo subtópico, trata de apresentar as ferramentas de monitoramento da sustentabilidade nos relatórios, destacando os recursos, normas, estruturas, e os elementos mais comuns utilizados pelas empresas que divulgam relatórios: as ODS.

2.1 COP26 e o Brasil Frente as Emergências Mundiais

No decorrer da história, nota-se a crescente preocupação com a preservação do meio ambiente em vista do progresso industrial. O acordo de Paris em 2015 e a Agenda 2030 são alguns exemplos deste cenário, onde compromissos são firmados entre os países. Após ser remarcada devido ao cenário pandêmico, a COP26 finalmente aconteceu em 2021 com representantes de quase duzentos países – dentre eles, o Brasil. Mais do que mais uma simples conferência, esta foi nutrida pelo mundo com uma expectativa maior por seus resultados, principalmente em detrimento da evidência das mudanças climáticas (PUGLEY, 2021).

Suscitando discussões entre os países acerca da adoção de compromissos para mitigar os gases contribuintes do efeito estufa, a COP26 acordou quatro objetivos principais, sendo estes: Neutralizar a emissão de gases e manter a temperatura média global em 1,5°C até 2050, onde os países deverão apresentar metas e atitudes pertinentes à redução para 2030; Proteger comunidades e habitats naturais, ao que inclui restaurar ecossistemas e construir defesas; Mobilizar finanças para cumprir as duas primeiras metas; e, Trabalhar junto para entregar, que envolvem ações e colaborações entre governos, empresas e sociedades (COP26, 2021).

Tais objetivos foram reconhecidos pelos embaixadores de negociação do Brasil durante a entrevista com a BBC News Brasil (2021), onde além disso foi reforçada a aderência aos compromissos para zerar o desmatamento ilegal, a destruição de áreas indígenas e as emissões de metano da agropecuária. Preambular à COP26, vale lembrar que o país já dispunha de iniciativas específicas para lidar com as mudanças climáticas, como por exemplo, o Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas, o Fundo Amazônia e o Programa de Baixa Agricultura em Carbono (REGATTA, 2021). Todavia, revela-se a necessidade de ação já que os índices brasileiros de emissão de CO2 continuam aumentando.

Particular à Baixa Agricultura de Carbono, as *commodities* agrícolas, isto, é, a agricultura e a pecuária, são os setores de que esperam-se mais resultados. Correspondendo a cerca de 26,8% das emissões de carbono, e isso considerando somente as emissões diretas, pois se considerasse o desmatamento decorrente da expansão desses setores a porcentagem poderia chegar a 60%, medidas vêm sendo tomadas para a contenção dessa problemática, contudo, mesmo com tais instrumentos para a redução de emissão de carbono no agronegócio e, apesar de possuírem objetivos definidos, os resultados denotam serem ainda apenas promessas (AUBERTIN, JESUS, 2021).

Evidente que, frente a essas preocupações, torna-se viável e até mesmo vantajoso, empresas de *commodities* agrícolas transparecerem as medidas, metas e demais práticas que têm adotado para contribuir com a redução de emissão de CO2. Como retribuição, têm-se o melhor desempenho financeiro e a perspectiva de valor agregado, bem como a confiabilidade. E em se tratando de informação, conforme defendido por Simão (2022), nenhum outro meio pode ser mais adequado do que o monitoramento da sustentabilidade empresarial através de seus próprios relatórios de sustentabilidade.

2.2 Ferramentas de Monitoramento de Sustentabilidade nos Relatórios

Embora não seja obrigatório ou regulamentado em alguns países, o relatório de sustentabilidade se faz presente na rotina de muitas empresas. Entre o reconhecimento de sua importância para as partes interessadas, muitas reformas vêm sendo abrangidas em prol do melhoramento deste na inclusão de elementos cruciais e adoção de estruturas (KHATIB, FILHO, 2022). Ainda para Khatib e

Filho (2022), bem como para Simão (2022), em decorrência desse crescimento, percebe-se o foco frequente em um determinado assunto corporativo: o conceito de divulgação ESG.

O termo ESG, provém de 'Environmental, Social and Governance' e em suma, compreende as práticas ambientais, sociais e de governança de determinada organização. Em sua essência, trata de incluir objetivos empresariais considerando implementação de ações, econfigurando também critérios, isto é, elementos relevantes nos relatórios para que os investidores – e consumidores – possam, através da verificação de incertezas e riscos, tomar suas decisões (ISSA, MAZON, 2022). De acordo com Issa e Mazon (2022):

“...o alcance da expressão ESG está cada vez mais presente na realidade empresarial, em escala internacional e nacional. A aplicabilidade dos padrões ESG transformou-se em uma exigência de mercado dos stakeholders e dos shareholders, na medida em que sua adoção e subsequente implementação representaria uma ampliação da competitividade, maior solidez, menores custos e, sobretudo melhor resiliência.”

Como sustentado por Barreto (2021), o conceito do ESG, apesar de surgir em 2004, no relatório *Who Cares Wins, Connecting Financial Markets to a Changing World*, como uma iniciativa do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, também está atrelado aos princípios do *Triple Bottom Line*, de John Elkington, com os mesmos pilares econômico, ambiental e social.

Muitos autores defendem que a adoção de princípios ESG representam uma ferramenta cara, resultando em desafios de fomentar a sustentabilidade (DENNY et al, 2021). Buallay (2019), afirma, através de suas análises, que a divulgação de práticas ESG afetam negativamente o desempenho financeiro porque elevam os custos para construir as respectivas políticas. Todavia, Khatib e Filho (2022), contradizem essa sentença, incluindo prós e contras, afirmando como por exemplo, que a divulgação das práticas ESG afetam negativamente o desempenho operacional, mas que quando os componentes ESG são considerados separadamente, apresentam um efeito positivo no desempenho operacional; e adicionam ainda que a divulgação de relatórios de sustentabilidade ESG não afetam negativamente o desempenho financeiro e de mercado da empresa.

Complementar a ESG, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico, ambiental e social, muitos países adotaram o documento “Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, no qual consiste nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e nas 169 metas integradas a estes (SATO, FERREIRA, 2021). Salientado por Faria e Carneiro (2021), através dessas 17 ODS é possível haver o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, uma vez que conforme o atrelamento dos 193 países durante a Rio+20, evidente que com o compromisso e envolvimento de todos o alcance desses objetivos e metas tornar-se-á efetivo.

Figura 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: imagem da ONUBR (2017)

Inevitavelmente, toda e qualquer iniciativa possui desafios e, no que tange a sustentabilidade não seria diferente. Conforme

ressaltado por Simão (2022), ainda existem desafios na implementação de estratégias e modelos de negócios que envolvam os 17 ODS, onde em seus relatórios, algumas empresas não percebem o valor na inclusão destes.

Para Garcia e Souza (2021), esses desafios precisam ser superados a partir de criatividade e inovação, buscando soluções e tecnologias que se alinhem ao desenvolvimento sustentável. A iniciativa mais recente é o *Global Reporting Initiative* (GRI), que é o terceiro modelo mais presente no Brasil, que inclui as três dimensões da sustentabilidade e também estabelece diversas diretrizes e princípios para a elaboração do relatório de sustentabilidade (SILVA et al., 2021). Outra resposta a esses desafios é o Relato Integrado, que compreende na estrutura do *International Integrated Reporting Council*, reunindo no relatório, informações não só a respeito das dimensões da sustentabilidade, como também de forma integrada e comparativa com outras áreas da empresa, tal como a área financeira (GARCIA, SOUZA, 2021).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Fator intrínseco em uma pesquisa é explicar a respeito dos métodos utilizados para se chegar aos resultados. Sendo assim, como ressaltado por Silva e Menezes (2005), trata-se de uma pesquisa qualitativa aquela a que o pesquisador faz uso das chamadas análises indutivas, como é o caso desta pesquisa que tem por objeto os relatórios de sustentabilidade e afins das empresas brasileiras de *commodities* agrícolas.

Selecionou-se, a partir das empresas listadas na B3, um grupo específico relacionado às *commodities* agrícolas, caracterizando esta pesquisa como básica e documental (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Essa seleção decorreu da análise dos subsetores 'Agropecuária' e 'Alimentos processados', onde nas listagens foram pesquisadas apenas as empresas que operam com *commodities* agrícolas. Utilizou-se também da consulta da inscrição cadastral das empresas na B3, a fim de considerar as

atividades descritas nos CNPJs. Empresas de *commodities* agrícolas foram selecionadas para este estudo porque enxerga-se, não só a partir da COP26, mas também à vista de pesquisas de levantamento e científicas, bem como estatísticas, que a responsabilidade desse grupo nas emissões de carbono e uso de terras é relativamente singular e representativa.

A análise compreende a divulgação dos últimos três anos para que se possa realizar uma comparação das ferramentas utilizadas nesse período de tempo – 2019, 2020 e 2021 – e compreende os relatórios de sustentabilidade assim como outros que apesar de não ter a mesma titulação apresentam os aspectos necessários para este estudo, como é o caso dos Relatos Integrados e Relatórios Anuais.

Para atingir-se todos os objetivos do artigo, a análise está dividida em subtópicos que proporcionam a melhor compreensão dos dados. Salienta-se que ainda que tenha sido realizada a análise individual de cada relatório referente a cada ano de cada empresa, a exposição das informações está apresentada em conjunto, para se alinhar à proposta inicial de considerar o uso geral das ferramentas nos relatórios de sustentabilidade e não a individualidade de cada empresa, salvo a última etapa, que expõe individualidades relevantes para a pesquisa.

4. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS ENCONTRADOS

Antes de apresentar as devidas análises, expõe-se, em um primeiro momento, a relação das empresas as quais foram analisados os relatórios de sustentabilidade, lembrando-se da delimitação desta pesquisa. Portanto, dentre todas as empresas encontradas na B3, neste segmento, foram desconsideradas as empresas de participações e de tecnologia, bem como outras empresas relacionadas ao agronegócio, mas que não operam com *commodities* agrícolas; o que reforça a escolha do setor primário para este estudo.

Quadro 1 – Relação das empresas que operam com *commodities* agrícolas analisadas

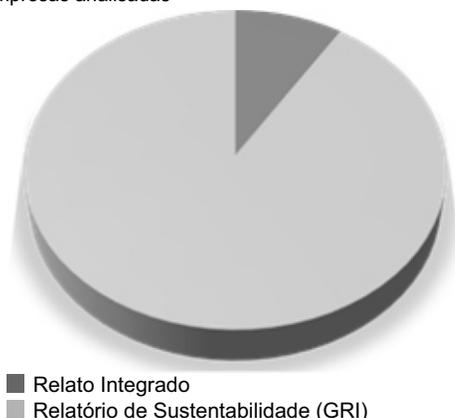
COMMODITIES AGRÍCOLAS	EMPRESAS DAB3	PRINCIPAL ATIVIDADE RELACIONADA
PROTEÍNA ANIMAL	JBS	Criação e abate de bovinos
	Minerva	Criação e abate de bovinos
	BRF	Criação e abate de aves, bovinos e suínos
	Marfrig	Criação e abate de bovinos
GRÃOS	SLC Agrícola	Produção de algodão, soja e milho
	BrasilAgro	Cultivo de cana-de-açúcar
	3Tentos	Produção de grãos e óleos vegetais
SOFTS	Raizen	Produção de açúcar bruto
	São Martinho	Produção de açúcar bruto
	Jalles Machado	Produção de açúcar bruto
	Tereos açúcar	Produção de açúcar bruto

Fonte: Elaborada pela autora adaptada com base em dados da B3 (2022)

OBS.: A Tereos açúcar começou a divulgar Relatórios de sustentabilidade a partir de 2021. E a 3Tentos a partir de 2020.

4.1 Estrutura dos Relatórios

Após uma primeira análise no conteúdo dos relatórios, pode-se afirmar que as empresas estudadas, em sua maioria, optam pela divulgação de relatórios de sustentabilidade padronizados de acordo com o GRI, enquanto que apenas uma empresa elabora o Relato Integrado. É importante salientar que dentro do período analisado – 2019, 2020 e 2021 – não houve transição de tipo de relatório, isto é, de GRI para IR, mas houve algumas alterações nos relatórios, por exemplo, mesclando elementos da estrutura do Relato Integrado e ainda inspirações no IIRC, mesmo mantendo o modelo GRI.

Gráfico 1 – Relação dos tipos de relatórios elaborados pelas empresas analisadas

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com a análise dos relatórios

Observou-se, pelas estruturas dos relatórios de sustentabilidade, no decorrer dos períodos, a maior preocupação das empresas em evidenciar tanto as perspectivas, quanto as metas relacionadas à gestão de pessoas; e também a evidenciação da forma de criação de valor, o que atesta as conclusões de Simão (2022). Percebe-se também a preocupação com a divulgação das práticas sustentáveis, principalmente na passagem de 2018 para 2019, bem como a preocupação em evidenciar a qualidade do produto e o monitoramento da cadeia produtiva visando a sustentabilidade que, como mencionado por Khatib e Filho (2022), sugere a importância da divulgação de determinadas informações para as partes interessadas.

4.2 Padrões ESG

Como se tratam de Relatórios de Sustentabilidade, evidente que todos possuem aspectos relacionados às práticas de 'Environmental, Social and Governance', senão em campos

específicos, ao menos na elaboração do conteúdo. Todavia, o estudo infere que, através da análise nos relatórios, as empresas que divulgam os índices e desempenhos, conforme os critérios e padrões ESG representam apenas 36,4 % das analisadas; constatou-se também que essa divulgação é predominante entre os anos 2020 e 2021. Esse resultado se deve em parte pela evidenciação do mercado de capitais e em parte pela relação com as Metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – que serão apontados mais adiante. Mas, também se devem em parte pelo estudo da CVM (2022) sobre os itens a serem considerados a respeito dos aspectos de ESG nos relatórios.

Nesse estudo da CVM (2022), o ano de 2016 é marcado com a Lei 13.303 que trata da divulgação do Relato Integrado/Relatório de Sustentabilidade, bem como é marcado com o Código Brasileiro de Governança Corporativa; 2017 é marcado pelo conceito de "Pratique ou explique" e 2021 pelas questões climáticas e de diversidade. Isto é relevante na compreensão do uso dos padrões ESG nas empresas analisadas porque, conforme verificados nos relatórios, apesar de em sua totalidade indicarem o tipo de relatório, modelo e estrutura a que estavam sendo aplicados, apesar de em sua parcialidade considerarem os 17 ODS e a divulgação de aspectos climáticos, nem todos os relatórios apontam a realização de inventários GEE (Gases do Efeito Estufa), assim como não abrangem todos os pontos observados pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, como é o caso da evidência de conflitos de interesses e de especulações de acionistas.

Ainda sobre índices ESG, para complementar o estudo dos relatórios foi verificado no site da B3, quais dentre as empresas analisadas fizeram parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2), dentro do período dos três últimos anos. Sobre o ICO2, verificou-se que metade do grupo estudado demonstra o comprometimento com a transparência de suas visões e metas para com a redução de emissão de carbono no ano de 2021; já acerca do ISE, no mesmo ano, três empresas do grupo analisado são reconhecidas pelo comprometimento com a sustentabilidade. Conforme a tabela, nos anos anteriores a participação foi de 2 e 1 empresas em 2020, respectivamente e, 2 e 0 no ano de 2019. Contudo, o aumento no ano de 2021 sugere o interesse e desempenho das empresas no ponto de vista ESG.

Tabela 1 – Da participação das empresas analisadas nos índices relacionados ao ESG da B3

ICO2			
Ano respectivo	2021	2020	2019
Participação das empresas analisadas*	36%	18%	18%
ISE			
Ano respectivo	2021	2020	2019
Participação das empresas analisadas**	27,3%	9,1%	0%

Fonte: Elaborada pela autora, tendo em vista o histórico da carteira de índices da B3 (2022).

*Porcentagem em relação a totalidade das 11 empresas analisadas. Sobre a relação da totalidade na listagem do Índice na B3 a participação dessas empresas equivale a: 6,9%, 7,1% e 7,4% respectivamente.

**Porcentagem em relação a totalidade das 11 empresas analisadas. Sobre a relação da totalidade na listagem do Índice na B3 a participação dessas empresas equivale a: 7,7%, 3,3% e 0% respectivamente.

4.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

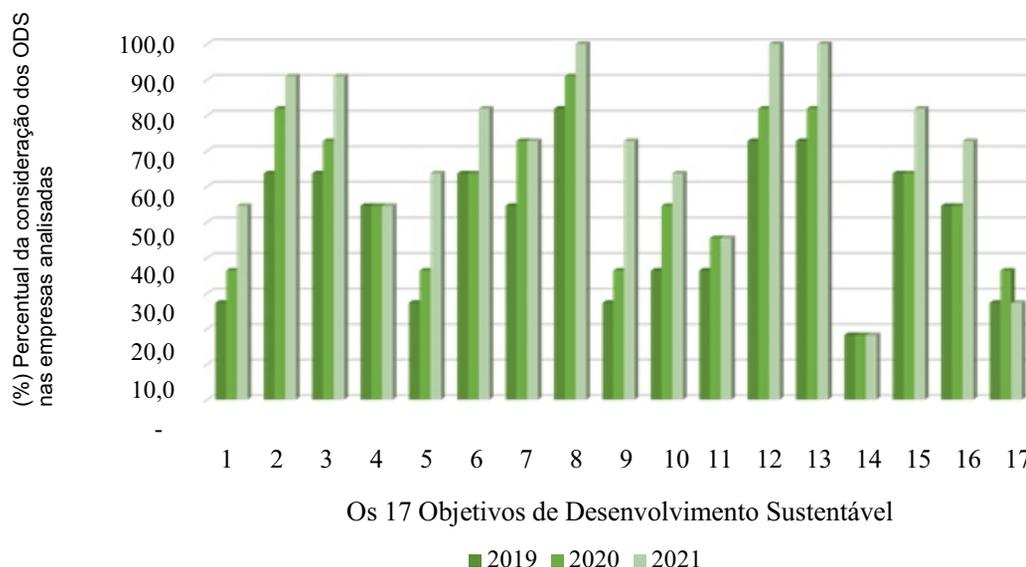
Através da análise nos relatórios, percebeu-se que em sua maioria quase todos os 17 ODS são considerados pelas empresas que operam com commodities agrícolas, com exceção de alguns como é o caso do ODS 11, ODS 14 e ODS 17. Ambos objetivos, conforme exposição das metas, tratam respectivamente de Cidades Sustentáveis, Proteção dos Oceanos e, Parcerias, Governança e Meios de Implementação. Notou-se que entre os últimos três anos o percentual de consideração individual dessas ODS mencionadas não chegam a 50% das empresas analisadas, como a tabela e o gráfico evidenciam. É um fator preocupante já que como ressaltado por Faria e Carneiro (2021), "os ODS são específicos, estruturados, de fácil mensuração e observação, mas de razoável complexidade em direção ao seu cumprimento".

Tabela 2 – Comparativa da análise da consideração das ODS nas empresas analisadas entre o período dos últimos três anos

	2019	2020	2021
ODS 1	27,3	36,4	54,5
ODS 2	63,6	81,8	90,9
ODS 3	63,6	72,7	90,9
ODS 4	54,5	54,5	54,5
ODS 5	27,3	36,4	63,6
ODS 6	63,6	63,6	81,8
ODS 7	54,5	72,7	72,7
ODS 8	81,8	90,9	100
ODS 9	27,3	36,4	72,7
ODS 10	36,4	54,5	63,6
ODS 11	36,4	45,5	45,5
ODS 12	72,7	81,8	100
ODS 13	72,7	81,8	100
ODS 14	18,2	18,2	18,2
ODS 15	63,6	63,6	81,8
ODS 16	54,5	54,5	72,7
ODS 17	27,3	36,4	27,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados
OBS.: Todos os valores da tabela são em porcentagem em relação às 11 empresas analisadas, isto é, a frequência com que os 17 ODS são considerados neste grupo específico.

Gráfico 2 – Comparativa da análise da consideração das ODS nas empresas analisadas entre o período dos últimos três anos



Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados

Em contraste, os ODS 8,12, e 13, são os que em sua maioria são considerados pelo grupo de empresas analisadas, isto é, em 100% delas, especificamente no ano de 2021. Respectivamente estes ODS representam Emprego e crescimento, Padrões sustentáveis de produção e consumo e, Proteção do clima; quanto os outros ODS, mesmo que alguns mostrem-se abaixo de 50% nas empresas, no decorrer dos três anos é possível verificar seus crescimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar os relatórios de sustentabilidade no período dos últimos três anos das empresas que operam com commodities agrícolas, este artigo propôs expor quais as ferramentas de monitoramento de sustentabilidade dos quais faziam uso em seus documentos. Foram selecionadas 11 empresas, de acordo com os critérios estabelecidos para a finalidade desta pesquisa.

Com os dados obtidos, é possível afirmar que os padrões GRI são majoritariamente utilizados, salvo apenas a preferência do RI por uma empresa, a SLC Agrícola. Apesar desta grande diferença, explica-se pela literatura que o Relato Integrado ainda está em fase de adaptação pelas empresas, como constatou-se neste estudo que algumas das empresas embora utilizem modelos GRI, boa parte são inspirados na estrutura do IIRC. São detectados, como havia de ser, aspectos de ESG nos relatórios, principalmente no que diz respeito a estrutura dos tópicos e abordagem de temas sugestivos, porém, no que tange a temas específicos não se pode afirmar o mesmo, já que, ora não apontam a realização de inventários GEE, ora não abrangem todos os pontos observados pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa. Complementarmente, foi verificada a participação deste grupo de empresas nos índices da B3 de ISE e ICO2, o que comprovou que desde 2019, menos da metade destas empresas reconhece o comprometimento com a sustentabilidade. À vista dos 17 ODS, infere-se, através da análise nos relatórios que quase todas são consideradas pelas empresas que operam com commodities agrícolas, em supremacia as ODS 8, 12, e 13 em 2021. Mas ODS como 11, 14 e 17 ainda carecem de iniciativas.

Como limitações desta pesquisa aponta-se a minoria de empresas estudadas no site da B3, bem como o estrito período de três anos e, é claro, a ausência dos demais temas e índices que permeiam a sustentabilidade. Dessa forma, calha a pesquisas futuras explorar o tema aplicando à um grupo maior de empresas, não reservando-se a apenas as que operam com commodities agrícolas, mas também de outros setores e aplicações, empresas de celulose por exemplo; utilizando de outros métodos de pesquisa que favoreceriam a coleta de dados, tornando-a mais significativa como é próprio dos estudos de caso.

Em suma, após as devidas análises, conclui-se que de fato houve uma exposição e um diálogo mais completo ao longo dos anos entre empresa e sustentabilidade. As ferramentas de monitoramento de sustentabilidade nos relatórios são mais utilizadas e aplicadas em virtude da necessidade que o mundo demanda e também do afino de eventos e confederações, tal qual a COP26. Ainda que nem todas as empresas considerem todos os aspectos e ferramentas que exploram a melhor divulgação de sustentabilidade, sem dúvida, este é um caminho que está sendo construído aos poucos, em conjunto, pela maioria.

6. REFERÊNCIAS

- AUBERTIN, C. M., JESUS, L. M. K. Contribuição do Brasil na COP21: o agronegócio do futuro. **Revista Terceira Margem Amazônia**, vol. 6, n° 16. 2021. Disponível em <http://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/380>. Acesso em 20 de Julho de 2022.
- B3 – A Bolsa de Valores. **Empresas listadas**. 2022. Disponível em https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 01 de Julho de 2022.
- BARRETO, R. M. P. **ESG e a tutela constitucional da sustentabilidade** Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2021. Disponível em <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2967> Acesso em 08 de Junho de 2022.
- BBC NEWS BRASIL. **Negociador-chefe do Brasil na COP26 admite mais desmatamento e emissões** 'Queremos corrigir isso'. 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59216334>. Acesso em 20 de Julho de 2022.
- BUALLAY, A. Between cost and value: Investigating the effects of sustainability reporting On a firm's performance. **Journal of Applied Accounting Research**, Bingley, v. 20, n. 4, p. 481-496, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAAR-12-2017-0137>. Acesso em 20 de Julho de 2022.
- CARBON BRIEF CLEAR ON CLIMATE. **Analysis: Which countries are historically responsible for climate change?**2021. Disponível em [https://www.carbonbrief.org/analysis- which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/](https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/)Acesso em 20 de Julho de 2022.
- CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **A agenda ASG e o mercado de capitais, uma análise das iniciativas em andamento, desafios e oportunidades para futuras reflexões da CVM** 2022. Disponível <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-divulga-estudo-sobre-esg-e-o-mercado-de-capitais>Acesso em 27 de Julho de 2022.
- COP26. **COP26 explained** – COP26 goals. 2021. Disponível em <https://ukcop26.org/cop26-goals/>. Acesso em 08 de Junho de 2022.
- DENNY, D. M. T., BURNQUIST, H. L., PENELUPPI J. J. R., BULLA, O. **A sustentabilidade como valor agregado na relação Brasil-China**. Anais. São Paulo, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2021. Disponível em <https://ukcop26.org/cop26-goals/>. Acesso em 08 de Junho de 2022.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED – FAO. **Publications**. 2021. Disponível em <https://www.fao.org/publications/en/>. Acesso em 20 de Julho de 2022.
- FARIA, J. H., CARNEIRO, C. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e fatores intervenientes para o atingimento das metas**. In book: CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ÉTICA Tecendo Redes e Conexões para a Sustentabilidade (pp.249-276) Publisher: SENAR AR-PR. 2021. Disponível em <https://1library.org/document/q7odkedy-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-e-fatores-intervenientes-para-o-atingimento-das-metas.html>. Acesso em 08 de Junho de 2022.
- GARCIA, A. S., SOUZA, V. M. **Relatos Integrados no Brasil Pós-Agenda 2030** uma análise à Luz da Teoria da Comunicação. 22º USP International Conference in Accounting, São Paulo. 2021. Disponível em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21Usplnternational/ArtigosDownload/3376>Acesso em 08 de Junho de 2022.
- GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. **Metodologia da Pesquisa Científica** UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. PortoAlegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>Acesso em 20 de Julho de 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA – IPEA. **Balança comercial do agronegócio brasileiro apresenta superávit de US\$ 105,1 bilhões em 2021**. 2022. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38868#:~:text=O%20resultado%20do%20setor%20foi,%2C%20alguns%20acima%20de%2020%25. Acesso em 20 de Julho de 2022.

ISSA, R. H., MAZON, C. Adoção e Implementação das Práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelas Empresas Estatais. **Cadernos**, v. 1, n. 8, p. 35-52, jan. 2022. Disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/178>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

KHATIB, A. S., FILHO, B. G. O. **A Obrigatoriedade dos Relatórios de Sustentabilidade Melhora o Desempenho Financeiro das Empresas?** Evidências Empíricas em Mercados Internacionais. 22^o USP International Conference in Accounting, São Paulo. 2022. Disponível em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3924>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

ONUBR – Nações Unidas do Brasil. **Documentos temáticos**. Objetivos de desenvolvimento sustentável, Brasília, 2017. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/resources/publications>. Acesso em 20 de Julho de 2022.

PUGLEY, D. D. **América Latina frente a la COP26, Posiciones y perspectivas** Profesora Asociada de Sociología en la Pontificia Universidad Católica del Perú. Documento de Trabajo n° 58. 2021. Disponível em <https://www.fundacioncarolina.es/america-latina-frente-a-la-cop26-posiciones-y-perspectivas/>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

REGATTA. **“Perfil de País Brasil: Marco Regulatório y Financiamiento para Cambio Climático”** 2021. Disponível em <https://www.cambioclimatico-regatta.org/index.php/es/perfiles-de-paises>. Acesso em 20 de Julho de 2022.

SATO, S. C. C., FERREIRA, D. M. **Relate ou Explique para os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável** Comportamento e Motivos Apresentados pelas Empresas. Special Issue: Inovação e Transição Digital/ vol. 1, n° 93. 2021. Disponível em <https://periodicos.ufr.br/sbijournal/article/view/45499>. Acesso em 20 de Julho de 2022.

SILVA, B. B. L., OLIVEIRA, B. R., OLIVEIRA, E. D., SOUSA, A. M. G. **Análise do relatório de sustentabilidade socioambiental, quanto à aderência aos indicadores da GRI, de empresas do segmento de carnes processadas**(2016-2018). Sustentabilidade, Educação e Contabilidade na Amazônia, v. 13 n. 2. 2021. Disponível em <https://periodicos.unitbr/index.php/rara/article/view/6477>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** 4^a Edição revisada e atualizada. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em 20 de Julho de 2022.

SIMÃO, A. G. N. **Perspectiva de criação de valor em empresas listadas na B3 que evidenciam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34468>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

VILÃO, N. M. B. **O boom das commodities no Brasil e no Chile à luz da teoria do crescimento endógeno, uma oportunidade perdida?** Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2021. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/22839>. Acesso em 08 de Junho de 2022.